

Brasil tentará apressar os desembolsos

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O governo brasileiro começou a fazer as primeiras sondagens junto aos bancos credores para pressar o desembolso das duas parcelas de US\$ 600 milhões do chamado *dinheiro novo*, previsto no acordo de reescalonamento da dívida externa, assinado no ano passado. A primeira deveria ter saído desde dezembro, mas está vinculada à aprovação pelo Banco Mundial (Bird) de um empréstimo para o setor elétrico, que vem sendo negociado há dois anos. Uma das alternativas é substituir essa exigência pela vinculação do desembolso a outro crédito do Bird.

■ A notícia publicada ontem por um jornal carioca de que o comitê de bancos tinha decidido liberar os US\$ 600 milhões, independentemente da aprovação do empréstimo do Banco Mundial, foi categoricamente desmentida, ontem, por vários banqueiros. "A notícia não é correta. Não estamos analisando nem mesmo um pedido do Brasil para que essa condição seja modificada", disse um deles e que geralmente fala em nome do comitê, sob a condição de não ser identificado.

"O comitê não teria de nenhuma forma autonomia para tomar uma decisão dessas. O William Rhodes (presidente do comitê) pode falar em nome do Citibank, mas não pode falar em

nome dos demais e nem tomar uma decisão como essa. O Brasil assinou um compromisso e agora está querendo mudar. Só que os bancos, que assinaram o mesmo documento precisam ser consultados. Nós também temos nossa soberania, que tem de ser respeitada", disse um alto executivo de um dos principais bancos americanos, contrariado com a notícia.

As contrariedades com o Brasil, aliás, parecem estarem crescendo entre os credores, depois de alguns meses de satisfação proporcionada pelo acordo de reescalonamento da dívida e pela retomada dos pagamentos pelos brasileiros. Desde o mês passado, porém, o panorama mudou. O Plano Verão implicou em mudanças nas regras que agradavam os bancos, como a conversão da dívida por investimentos de risco e o fim do *relending*.

Além disso, os banqueiros não acreditaram que o Brasil atrasou o pagamento dos juros em janeiro só por causa de problemas de computador, como dizia Brasília. Eles desconfiaram que era um balão de ensaio ou uma prova de que a fonte estava secando, ou seja, as reservas brasileiras estavam curtas. Esta semana, o presidente Sarney anunciou que o país não terá condições de pagar os juros de março. Essa última novidade provocou imediatas quedas nos valores dos títulos brasileiros negociados no mercado secundário, que atingiram níveis recordes, ao redor de 30 centavos por dólar.

Em meio a esse agravamento da situação, a notícia equivocada de que os banqueiros já estariam dispostos a liberar os US\$ 600 milhões soou como um teste. O que há de certo é que o Brasil está ficando sem dólares para manter o pagamento da dívida, como disse o presidente Sarney, e que, por isso, procura uma saída. A dispensa da vinculação dos US\$ 600 milhões com o empréstimo do Banco Mundial é apenas uma das alternativas em cogitação, mas não a única.

Uma alta fonte do governo brasileiro, diretamente envolvida nas negociações, disse ontem que essa alternativa ainda depende de algum sinal do Banco Mundial. Só se o governo brasileiro verificar que não há mesmo a menor possibilidade de o Bird liberar os US\$ 500 milhões para o setor elétrico em poucas semanas é que pedirá aos banqueiros comerciais que mudem essa condição para o desembolso do *dinheiro novo*.

Uma mudança desse tipo no acordo de reescalonamento que o Brasil assinou com mais de 300 bancos não será obtida facilmente. O comitê assessor dos bancos, presidido por Rhodes, terá que aprovar e depois enviar consultas às 300 instituições signatárias do acordo. Provavelmente, o Brasil terá antes que formalizar outro pedido de *waiver*: o de dispensa do cumprimento da cláusula relativa ao *relending*. O Brasil queria que essa mudança fosse feita informalmente, mas os banqueiros não concordaram.